

ENSAIO TEÓRICO

Os efeitos de sentido na relação multiespécies: uma análise do discurso jornalístico sobre “ataque de tubarão”

Ricardo MELO 

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Evandra GRIGOLETTO 

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Cleber Ataíde (UFPE)

AVALIADO POR

- Silmara Dela Silva (UFF)

- Rita de Kássia Kramer
Wanderley (IFCE)

SOBRE OS AUTORES

- Ricardo Melo
Conceptualização e Escrita –
rascunho original.

- Evandra Grigoletto
Escrita – análise e edição

DATAS

- Recebido: 19/10/2025

- Aceito: 26/06/2026

- Publicado: 15/07/2026

COMO CITAR

Melo, R.; Grigoletto, E. (2026). Os efeitos de sentido na relação multiespécies: uma análise do discurso jornalístico sobre “ataque de tubarão”. *Revista da Abralin*, v. 24, n. 1, p. 1-28, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa o discurso jornalístico sobre o animal-tubarão, a partir da reportagem *Praia do Medo* (2014), publicada na revista *National Geographic Brasil*. Partindo da Análise de Discurso materialista (AD), com base em Michel Pêcheux (2014; 2019), e da teoria marxista do jornalismo (Genro Filho, 2012), situamos o funcionamento ideológico e o discurso como noções centrais para compreender a relação humano-animal. Mobilizamos, também, os Estudos Animais e os Estudos Multiespécies, os quais fornecem perspectivas que descentralizam a figura humana, a fim de olhar para a alteridade não humana. A partir desse quadro, formulamos a seguinte questão que norteia nossas análises: como o animal-tubarão é designado e agenciado pelo discurso jornalístico? As análises apontaram que o animal-tubarão é designado ora como um ser “monstrificado” a partir dos léxicos “perigo” e “ferozes predadores”, via aderência e incorporação ao discurso do senso comum, ora como espécie pelos termos tubarão-tigre e tubarão-cabeça-chata, via incorporação da taxionomia do discurso científico. Em relação ao agenciamento, observamos que o discurso jornalístico atribui os seguintes verbos: atacar, morder, investigar e investir, ações atreladas ao modo de relação entre o animal, o humano e o ambiente; ao passo que atribui-se o verbo confundir-se como fator de explicação para os “ataques”. A partir, então, desses

modos de funcionamento da designação e do agenciamento, concluímos que, sob o lugar discursivo de jornalista, o discurso jornalístico sobre os "ataques de tubarão" adere e incorpora tanto os saberes científicos quanto o senso comum, porém apresenta pontos de contra-identificação com o segundo a partir do primeiro, revelando, assim: 1) uma sobreposição designativa; e 2) uma primazia do discurso científico no agenciamento animal.

ABSTRACT

This essay analyzes journalistic discourse about the animal-shark, based on the report Praia do Medo (2014), published in National Geographic Brasil. Drawing on Materialist Discourse Analysis (DA), grounded in Michel Pêcheux (2014; 2019), and on the Marxist theory of journalism (Genro Filho, 2012), we situate the functioning of ideology and discourse as central notions for understanding the human-animal relationship. We also mobilize Animal Studies and Multispecies Studies, which provide perspectives that decenter the human figure in order to consider nonhuman alterity. From this framework, we formulate the following guiding question: what effects of meaning does journalistic discourse produce in relation to the animal-shark through designation and agency? The analyses reveal that the shark-animal is designated as a "monsterfied" being through adherence and incorporation, by the lexicons "danger" and "fierce predators"; and as a species through tiger shark and bull shark, through the incorporation of the taxonomy of scientific discourse. Regarding the animal's agency, we observe that journalistic discourse attributes the following verbs to the animal: to attack, to bite, to investigate, and "to charge", actions associated with the mode of interaction between the animal, humans, and the environment. By contrast, the verb "to mistake" is invoked as an explanatory factor for the "attacks". Based on these modes of designation and agency, we conclude that, from the discursive position of the journalist, the journalistic discourse about "shark attacks" both adheres and incorporates scientific knowledge and common sense; however, it also exhibits points of counter-identification with the latter on the basis of the former. This reveals: (1) a designational overlap; and (2) the primacy of scientific discourse in the attribution of animal agency.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Ataques de tubarão. Discurso jornalístico. Estudos Animais. Estudos Multiespécie.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Shark attack. Journalistic discourse. Animal Studies. Multispecies Studies.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

Tubarões são perigosos... todo mundo sabe. É assim que a literatura e, depois dela, a indústria cinematográfica retrataram esse animal, sempre com dentes grandes e afiados à mostra, prontos para caçar seres humanos. A mídia jornalística não perdeu tempo e passou a noticiar casos e casos dos chamados “ataques de tubarão”, que quase sempre apelam para o terror e o medo. O nosso estudo coloca em questão essas evidências sobre o tubarão como um “monstro” que caça humanos, voltando o olhar para os discursos que permeiam a linguagem jornalística para entender como eles fazem sentido. Nosso objeto de pesquisa é uma reportagem chamada “Praia do Medo”, de 2014, publicada na revista de divulgação científica National Geographic Brasil, que fala um pouco da situação dos chamados ataques em Recife, Pernambuco. Por meio dos aportes teóricos fornecidos pela disciplina Análise do Discurso, foi possível entender que o discurso jornalístico fala do tubarão utilizando termos como “monstro” e “perigo”, especialmente por conta de seu corpo grande e cheio de dentes. Por outro lado, também se fala desse grupo de animais enquanto um “aliado” na conservação de um ecossistema em constante degradação. O tubarão, assim, é significado entre dois extremos.

Introdução

Animais, peixes, tubarões. A língua nos oferece nomes que permitem substituições no discurso, mas o que parece uma simples troca produz um deslizamento de sentido que revela certa complexidade semântica. Surge, então, o questionamento: fala-se do mesmo quando as palavras são substituídas? Jornalistas podem divergir na resposta. Já os discursivistas sabem que o sentido pode ser sempre outro. No jogo entre significado e referência, a ideologia jornalística tende a fundir esses conceitos sob o paradigma da objetividade.

Em *Por que as notícias são como são*, Traquina (2020) busca responder à pergunta-título ao apresentar as principais teorias do campo jornalístico. Destaca-se a linguagem ora como transparente em relação a “como as coisas são” (teoria do espelho), ora como opaca e incapaz de remeter diretamente à realidade (teorias construcionistas). Ambas as concepções apontam para a problemática objetividade/subjetividade, que atravessa a filosofia e a ciência, marcando a divisão entre fatos e

valores – ou notícias e opiniões. Apesar do descrédito atual, a objetividade jornalística persiste como ideal de compromisso com a “verdade” dos fatos, sendo entendida como adequação do discurso aos fatos “tal como são”, mediante métodos de apuração (Sponholz, 2009). A subjetividade, por sua vez, seria o resíduo de valores individuais, sempre presente em grau, sem base para garantir essa verdade. Assim, não haveria plena adequação entre discurso e verdade, linguagem e referência.

No campo da Análise de Discurso materialista (AD), essa problemática se inscreve na ideologia, que interpela o indivíduo como sujeito (Pêcheux, [1975] 2014). Buscamos, então, discutir os pares objetividade/subjetividade e linguagem/referência, analisando o discurso jornalístico sobre os “ataques de tubarão” em Pernambuco. Desse modo, temos como objetivo problematizar a discursividade em relação ao animal enquanto objeto do discurso jornalístico, propondo a seguinte questão: como o animal-tubarão é designado e agenciado pelo discurso jornalístico?

1. O encontro humano-tubarão em Pernambuco: contextualizando a relação multiespécies

É comum, no jornalismo, a frase: “Se um cão morde um homem não é notícia, mas se um homem morde um cão então temos uma notícia” (Genro Filho, 2012, p. 79). Ela se liga à noticiabilidade e aos valores-notícia. Porém, essa lógica não se aplica quando um tubarão morde uma pessoa: apesar da frequência desses encontros, os jornais atribuem novidade ao acontecimento, relatando-o como notícia. Abordando o conceito de notícia em sua polissemia, podemos dizer, com Genro Filho (2012), que ela não é apenas um produto, mas um processo que produz um conhecimento específico sobre acontecimentos singularizados e seus desdobramentos.

Com Dela-Silva (2015), consideramos o acontecimento jornalístico como um gesto interpretativo sobre os fatos, que se configuram como a menor unidade significativa da prática jornalística (Genro Filho, 2012). Assim, acontecimentos não existem previamente: resultam de um processo discursivo em que fontes, documentos e imagens são interpretados. Ou seja, *o fato é interpretado como acontecimento* e, por isso, atravessado pela ideologia. O que vai contar como acontecimento varia conforme critérios determinados ideologicamente, constituindo o gesto interpretativo.

Nosso interesse recai sobre um acontecimento ligado à complexidade ambiental, que mobiliza diversas ordens do real: física, biológica, histórica e simbólica (Leff, 2010). Nesse acontecimento, podemos identificar uma relação multiespécies: a relação humano-tubarão. Ao colocar o tubarão no centro de nossas preocupações, destacamos que essas ordens do real o constituem e são por ele constituídas. A partir dos Estudos Multiespécies e os Estudos Animais – designados conjuntamente a partir de agora como Estudos Interespécies (EI) –, buscamos entender como os tubarões, para além de sua dimensão biológica, interagem no emaranhado multiespécies que produz sentidos e história (Dooren; Kirsky; Münster, 2016).

O estado de Pernambuco, palco e ambiente da relação humano-tubarão, evoca um imaginário estereotipado do acontecimento “ataque de tubarão”, enunciado que condensa todo e qualquer evento

que envolva um ou mais seres humanos que sofreram algum ferimento por um animal marinho que remeta a um tubarão – pois nem sempre em tais eventos é possível definir o agente do “ataque”. Silva e Nascimento (2019) se voltam para essa problemática com um olhar multiespécies, por meio da categoria de *encontro*, entendendo, junto com Haraway (2022), que a relação humano-tubarão, protagonizada pelos “ataques”, envolve espécies com seu agenciamento e suas subjetividades¹, formando um emaranhamento, uma teia, de modo que uma espécie age sobre a outra, uma moldando a outra.

Segundo Haraway (2022), as espécies não precedem o encontro, mas vivem e se constituem nele. Nesse sentido, a perspectiva multiespécies situa a relação humano-tubarão em um todo maior, considerando, em relação ao encontro, o que o precede e o que o sucede. Os eventos de “ataques” podem ser considerados como os *pontos de encontro* da relação multiespécies, tendo seu lugar-comum no discurso jornalístico. Para fins metodológicos, vamos considerar esses pontos de encontro como eventos constitutivos de um acontecimento-problema, isto é, um acontecimento problematizado por um ponto de vista crítico, a partir de uma perspectiva multiespécies apoiada no EI.

A perspectiva multiespécies entende que o encontro humano-animal pode ser interpretado a partir de uma dissimetria demarcável no discurso: tal dissimetria corresponde a uma desigualdade entre a espécie humana e as demais, sustentada por uma série de justificativas que, como explica Thomas (2010), podem variar desde a atribuição da razão, da linguagem, ou qualquer propriedade, até justificativas de ordem divina. Trata-se, para nós, do funcionamento da ideologia, a qual interpela o indivíduo em sujeito e fornece as suas evidências (Pêcheux, [1975] 2014). Para Althusser (1985), a interpelação se dá como um “recrutamento”, de modo que o sujeito se reconhece nesse processo via nome próprio. Assim, a evidência de que somos sujeitos é elementar. Ao aprofundarmos esta afirmação, podemos colocar em jogo a evidência do sujeito como uma evidência de ser humano. Explícamos: há, no processo de identificação do sujeito, um funcionamento que consiste na articulação de um sistema de evidências que tem a assimetria humano/animal como matriz de sentido.

A relação multiespécies pode ser abordada, com certas observações, no quadro lacaniano que relaciona a tríade Real, Simbólico e Imaginário (RSI), formando o nó borromeano. De acordo com Žižek (2017), o imaginário diz respeito à experiência vivida pelo sujeito, mas também aos seus sonhos e pesadelos – isto é, trata-se do domínio do aparente, de como as coisas se parecem para o sujeito; já o simbólico é o “grande Outro”, o outro invisível que estrutura as experiências da realidade desse sujeito, constituindo a complexa rede de regras e significados que faz o sujeito ver o que vê de uma certa maneira – e não de outra; e o real, por fim, é o “impossível”: o que não pode ser nem diretamente vivenciado nem simbolizado.

Partindo dessa tríade, distanciamo-nos da concepção lacaniana na medida em que não consideramos ser o imaginário da ordem do indivíduo nem do aparente, mas da representação da realidade mediada ideologicamente pela linguagem – que é da ordem do simbólico. Seguindo Grigoletto (2003, p. 75), pensamos que o imaginário é um efeito do real, “a materialização dos processos histórico-sociais no discurso através do sujeito que, mediado por esse imaginário, constrói sua

¹ Subjetividade, no EI, diz respeito às realidades tanto cognitivas quanto simbólicas, isto é, à realidade do “eu” enquanto corpo e também do “eu” consciente/inconsciente.

identidade”. O real, tomado em vários sentidos, é o impossível de simbolizar pela linguagem, aquilo que escapa e não se reduz às coisas-a-saber, “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (Pêcheux, [1983] 1997, p. 43). Diremos, então, que a relação humano-animal é mediada, entre outras formas, pela linguagem sob os efeitos da tríade RSI. O saber sobre os animais circula em práticas discursivas estabelecidas nos chamados Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), como o aparelho midiático, constituindo o imaginário. Assim, é “evidente” que animais como os tubarões são perigosos, que sua vida não vale tanto quanto a vida humana, ou que são seres de mentalidade inferior. Trata-se de uma assimetria que não se enquadra em um saber sistematizado, uma coisa-a-saber, mas estrutura os saberes.

De acordo com o *International Shark Attack File* (ISAF), Pernambuco lidera os casos de “ataque” no Brasil com 65 registros desde 1992, mas destoa significativamente da Flórida, nos Estados Unidos, que marca 942, e da Nova Gales do Sul, na Austrália, com 274². Além disso, os “ataques” são estatisticamente menos frequentes do que incidentes com cães e menos prováveis do que ser atingido por um raio. Apesar dos dados, *tubarão* insiste na significação de medo, processo semântico que situa o animal como um vilão, monstro ou mesmo predador da espécie humana – o que não corresponde ao consenso científico.

Opera, aí, o trabalho simbólico da interpretação nos termos de Orlandi (2020b), uma vez que não há sentido sem interpretação, e esta se dá na abertura do dizer. Revela-se, então, a incompletude da linguagem, não somente no sentido de que não é possível dizer tudo, mas, também, no sentido de que não se pode dizer tudo. Ou seja, significar o animal-tubarão é interpretá-lo de um jeito e não de outro, não sendo possível significá-lo *todo*, pois sempre há algo que escapa da significação. Há, logo, uma tensão na constituição do imaginário, uma disputa pela significação na mobilização da memória discursiva.

É pela via do significante que se constitui, via repetibilidade e parafraseamento, a memória discursiva, “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita”, isto é, trata-se da condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, [1985] 1999, p. 52). A memória discursiva em relação ao animal-tubarão está atrelada, sobretudo, ao imaginário constituído pela obra *Tubarão* (1974), de Peter Benchley e sua adaptação cinematográfica de 1975, dirigida por Steven Spielberg. Nessas obras, um tubarão-branco (*Carcharodon carcharias*) é retratado como um vilão que vem devorando as pessoas na cidade fictícia de Amity, nos Estados Unidos.

De acordo com Chapman (2017, p. 4), o lançamento do filme *Tubarão* “provavelmente foi o evento mais influente na história entre humanos e tubarões”³, o que nos leva a tomá-lo como um acontecimento discursivo, aquilo que se dá “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, [1983] 1997, p. 17), encontro a partir do qual os sentidos são reorganizados, atualizados. É desse modo que o significante *tubarão* designou, antes, um *habitante insignificante dos oceanos*,

² Mais sobre em: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/shark-attacks/>.

³ Original em inglês: “was probably the single most influential event in shark-human history” (tradução nossa).

deslizando para *um monstro predador* e, atualmente, em decorrência das questões climáticas e da extinção das espécies, também designa um símbolo dos ecossistemas aquáticos, representando um desafio para a conservação (Chapman, 2017).

Ao considerarmos o significante como “aquilo que representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1998, p. 833), podemos dizer que o significante *tubarão* representa o sujeito para significantes como *medo*, *monstro*, *perigo* etc. Mas não apenas. Trata-se de um pré-construído, definido como aquilo que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 88), manifestando-se no discurso pelo encaixe sintático, o qual tem a sua forma típica na construção determinativa (Pêcheux, [1980] 2016). Assim, não é o sujeito, em sua ilusão de liberdade, que atribui um predicado ao tubarão, mas é a evidência que, como uma rede, prende o sujeito no que seria o único sentido possível.

2. Sobre o discurso jornalístico e o saber discursivo

Haroche, Henry e Pêcheux ([1971] 2020, p. 33-34) entendem a ideologia no âmbito das formações ideológicas enquanto “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras”. Já as formações discursivas, enquanto componentes das formações ideológicas, são definidas como aquilo que determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (Haroche, Henry e Pêcheux [1971] 2020, p. 34).

Como objeto de análise, temos o discurso jornalístico, ideologicamente constituído e textualizado como reportagem. Podemos compreender tal prática discursiva recorrendo a Genro Filho (2012), que teoriza o jornalismo como *uma forma de conhecimento que se direciona para o singular*. Esta categoria representa uma dimensão da realidade, em conjunto com o particular e o universal. O singular diz respeito à imediaticidade de um dado fenômeno, a qual é delimitada por coordenadas espaço-temporais, e aqui vamos considerar que essa imediaticidade pode ser analisada, textualmente, no acontecimento jornalístico sob a estrutura do lead, que corresponde às perguntas clássicas: “o quê?”, “quem?”, “como?”, “onde” e “por quê?”. O particular, por sua vez, constitui-se como o contexto abstrato do acontecimento, apontando para os elementos que estão para além das coordenadas espaço-temporais.

Já, a categoria do universal requer uma maior abstração, ultrapassando um dado contexto, exprimindo estruturas que não se manifestam, no discurso, enquanto conteúdos, mas, sim, como aquilo que perpassa diferentes fenômenos enquanto pressupostos ideológicos. É neste ponto que a noção de ideologia trabalhada pela AD pode ser articulada com a teoria do jornalismo: mediando o fenômeno, interpretado como acontecimento, pela via da singularidade, a notícia jornalística tende a contextualizar o aparecimento do fenômeno sob uma certa estruturação ideológica – e não outra. Assim, é “na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra

como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem” (Genro Filho, 2012, p. 146). Em outras palavras, o universal se manifesta como uma anterioridade necessária na leitura da singularidade e da particularidade.

Nesses termos, a informação jornalística deve ser compreendida de duas formas: a) enquanto um dado; e b) enquanto um fato. A primeira compreensão deriva da teoria da informação, de base matemática, que observa a informação apenas como um sinal a ser transmitido por canais, como o telégrafo e o rádio (Marcondes Filho, 2009). Jakobson (1995), por sua vez, formula uma teoria da comunicação na qual um remetente envia uma mensagem que se refere a um contexto para um destinatário, por meio de um código – como a língua – através de um canal. Concordando com Orlandi (2020b), para quem os dados, na AD, não existem enquanto tais, diremos que essa compreensão da informação – enquanto dado – é um gesto teórico que apenas apreende a sua natureza física, isto é, o discurso em sua inscrição físico-elétrica – ou seja, um sinal –, na qual apenas a máquina transmite e capta a informação.

Já a segunda compreensão faz uma injunção à interpretação, uma vez que o discurso não é um objeto empírico, mas *efeito de sentidos*: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e o lugar do outro” (Pêcheux [1969], 2019, p. 39, grifo do autor). Aqui, não é mais sobre a decodificação, mas de um fato que relaciona língua, história e ideologia, o que remete à exterioridade discursiva e ao processo de produção da linguagem, trabalhados pela noção de interdiscurso (Orlandi, 2020b): trata-se do que fala antes, em outro lugar, independentemente, expresso analiticamente como pré-construído, discurso-transverso e discurso relatado (Pêcheux, [1975] 2014; [1982] 2015).

Com base nessa discussão, podemos dizer que a informação jornalística, enquanto um fato de discurso, produz efeitos de sentidos sobre os acontecimentos, os quais aparecem textualizados como notícia e reportagem. O texto é compreendido segundo Orlandi (2022), como a linearização do discurso no suporte material, que se dá pelo jogo entre dois eixos: um vertical, representando o interdiscurso, o eixo da constituição; e outro horizontal, o eixo da formulação, o que corresponde àquilo que Pêcheux ([1975] 2014) chama de intradiscurso, o fio do discurso, que funciona pela operação de correlação – o que se diz antes, agora e depois.

A produção do discurso jornalístico, assim, depende da relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, a partir do que, na AD, chama-se condições de produção (CP). Tal noção dá conta das formações imaginárias, que Pêcheux ([1969] 2019) concebe da seguinte maneira: há projeções imaginárias, ou antecipações, dos lugares sociais ocupados por A e B e, dessa forma, o primeiro termo projeta, a partir de seu lugar, uma imagem do segundo, ou o ponto de vista de A sobre B, e vice-versa. Ambos, A e B, também possuem um ponto de vista sobre o referente, o objeto do discurso. Aplicado ao campo do jornalismo, podemos dizer que há um lugar social definido como *lugar de jornalista*, sobre o qual incide um conjunto de evidências, apontando o que deve e pode ser dito a partir dele – e o que não pode e não deve ser dito. Acrescentamos que não se trata de uma evidência

universal, mas que está atravessada por um complexo de formações ideológicas que vão determinar o que pode e deve ser dito a partir de tal lugar.

Seguindo Grigoletto (2005), devemos passar do lugar social, que é empiricamente definido, para o lugar discursivo, o lugar de jornalista no seu âmbito simbólico, considerando as relações mediadas por tal lugar entre a forma-sujeito – pela qual o sujeito da enunciação se identifica com o sujeito da formação discursiva – e as posições-sujeito, as quais demarcam os pontos de identificação entre o sujeito e o Sujeito da formação discursiva que o domina; trata-se da tomada de posição. Nessa perspectiva, dizemos que o lugar discursivo de jornalista sustenta uma formação imaginária, a qual tem como evidência relatar os fatos de forma objetiva. Todavia, tal lugar discursivo trabalha, na realidade, com o relato do discurso do outro. Isto é, não se trata de um discurso de origem, já que não cabe ao jornalista afirmar, por exemplo, proposições de cunho científico sobre uma espécie de tubarão, mas relatar essas proposições.

O discurso jornalístico, assim, é um *discurso sobre*. De acordo com Mariani (1996), o discurso sobre é um discurso intermediário, ele fala de um *discurso de* – um discurso-origem – e se caracteriza por tomar como objeto aquilo sobre o que se fala, gerando um efeito de distanciamento. Dessa forma, o discurso jornalístico se projeta como imparcial, neutro e objetivo, como se reproduzisse as coisas tal como elas são, ou, na melhor das hipóteses, tem como imperativo suprimir a subjetividade em prol da objetividade. O que faz, contudo, é repetir certos dizeres, excluindo outros, (re)formulando o discurso-origem no processo de textualização.

Por se caracterizar como um discurso sobre, é na forma de discurso relatado que podemos compreender o funcionamento do jogo entre constituição e formulação nessa prática discursiva. Baseando-nos em Authier-Revuz (2015), o discurso relatado, que é o discurso do outro, pode ser marcado, quando há delimitação por aspas e autoria definida do enunciado, e não marcado, quando a delimitação não existe ou não é especificada e não há autoria determinada. Retomando Grigoletto (2005), entendemos, assim, que o discurso relatado funciona, no discurso jornalístico, de acordo com duas modalidades: a) a adesão, que consiste num processo de recorte e colagem do discurso-outro, demarcando o lugar de onde o discurso parte – da ciência, de uma certa instituição, da população em geral etc.; e b) a incorporação, pertencente à ordem da ficção – tal como explica Pêcheux ([1975] 2014), que corresponde ao *como se* –, abolindo as barreiras entre o discurso do sujeito e o discurso-outro, incorporando este último de tal modo que o jornalista fala como se fosse o outro.

Nesses termos, o lugar discursivo de jornalista funciona por meio de identificações entre a forma-sujeito dominante da prática jornalística, sob determinadas condições de produção, as posições-sujeito do discurso-outro, que partem de outro lugar discursivo e estão sob a dominação de outra forma-sujeito, a partir de outras condições de produção, e as posições-sujeito assumidas pelo próprio jornalista na sua prática do fazer jornalístico. O texto jornalístico, assim, constitui-se pela reformulação do discurso do outro, e pode produzir diferentes efeitos de sentido e demarcar diferentes posições-sujeito. Conforme Genro Filho (2012), podemos dizer que essa reformulação produz um conhecimento específico, o qual diz respeito à apreensão da singularidade dos acontecimentos.

A partir da conceituação de *saber discursivo*, o qual “torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2020a, p. 29), podemos assim complementar: são esses saberes, pela via da memória, que mediam a relação entre o discurso do outro e o discurso do jornalismo. Isto é, a partir de um conjunto de enunciados, próprio de uma formação discursiva que domina o sujeito, inscrito em um lugar discursivo, há a interpretação do discurso relatado, de forma que a adesão ou incorporação, total ou parcial, do discurso alheio implica na produção de versões. Assim, o dizer pode ser sempre outro (Orlandi, 2022), o que especifica o gesto interpretativo da prática do jornalismo, caracterizada pela mediação do discurso.

3. Análise da reportagem Praia do Medo: modos de designação do animal-tubarão no discurso jornalístico

Com base nas reflexões que trouxemos nos tópicos anteriores, partimos, agora, para a análise do discurso jornalístico (DJ, daqui em diante) sobre o animal-tubarão, a fim de explicitar o funcionamento semântico que produz diferentes efeitos de sentidos sobre o animal. O corpus analisado é fruto de recortes de sequências discursivas (SD) da reportagem *Praia do Medo*, publicada na revista *National Geographic Brasil*, em abril de 2014. Destacamos que o limite de cada SD não obedece, necessariamente, a nenhum limite frasal ou de parágrafo e foi definido pelo gesto interpretativo dos analistas. A maior parte dos recortes, contudo, tem extensão paragrafical. Além disso, a disposição das sequências não segue, obrigatoriamente, uma ordem textual, embora a maior parte se encontre assim disposta.

A análise das SDs não se limita a um nível linguístico, mas se estende para as relações entre eles – os diferentes níveis – e a exterioridade. Desse modo, interessa-nos o funcionamento complexo da relação entre a palavra e a estrutura sintática, elementos que integram a morfologia e a sintaxe, respectivamente, e o modo como essas relações são determinadas pela exterioridade, por aquilo que funciona em outro lugar, independentemente, nos termos de Pêcheux ([1975] 2014). Entendemos ser possível dar conta desses elementos, no nível da análise, dividindo a estrutura sintática em sintagmas ao modo de Pêcheux ([1969] 2019): de um lado o Sintagma Nominal (SN), que tem como núcleo um nome próprio ou comum, ou um termo que toma o lugar do nome – incluindo, nesse caso, o sujeito gramatical e o predicado; de outro lado, o Sintagma Verbal (SV), que tem como núcleo um verbo ou locução verbal.

Seguem as seguintes SDs, com destaque para trechos de maior interesse analítico:

SD-1	Pés descalços na areia, um casal caminha de mãos dadas à beira-mar. Uma família aproveita o banho nas piscinas naturais. Garotos jogam bola despreocupados. Eis um dia típico na praia de Boa Viagem, cartão-postal do Recife. Essas pessoas nem desconfiam, mas olhos atentos acompanham seus passos. <i>E o perigo espreita mar adentro.</i>
SD-2	Os tubarões sempre povoaram o imaginário do ser humano. Grandes espécies, como o <i>branco</i> e o <i>tigre</i> , são capazes de matar uma pessoa com apenas uma mordida. A verdade é que, ao sermos surpreendidos por <i>ferozes predadores</i> , nosso cérebro desenvolvido pouco pode fazer pela preservação de nosso físico frágil, sejam eles tubarões ou onças-pintadas. Peles espessas, força bruta e dentes afiados tornam o embate desigual.

SD-3	Entre as incontáveis formas de vida do ambiente marinho, estão as mais de 500 espécies de tubarão conhecidas. De acordo com as estatísticas oficiais do Arquivo Internacional de Ataques de Tubarões, apenas quatro delas envolveram-se em um número representativo de conflitos com seres humanos: o <i>tubarão-branco</i> , o <i>galha-branca-oceânico</i> , o <i>cabeça-chata</i> e o <i>tigre</i> . A presença do primeiro nunca foi registrada no Nordeste do Brasil – por ser um dos poucos tubarões de sangue com temperatura mais alta do que a do ambiente, o branco prefere regiões nas quais o oceano é mais frio. O segundo vive em remotas águas abertas. Os outros dois são apontados como os prováveis autores dos ataques no Recife.
------	--

QUADRO 1 – SD-1 a SD 3.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O nosso primeiro ponto de análise é a variação lexical na designação do animal-tubarão. Tomemos a definição de Guimarães (2017, p. 12) sobre o processo de designação:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. [...] A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação.

Com base em tal definição, consideramos que a designação consiste numa prática em que opera o efeito metafórico, o qual, segundo Pêcheux ([1969] 2019), dá-se pelo deslize de sentido entre significantes, configurando-se como sinonímias contextuais. A partir da fórmula lacaniana da metáfora como uma palavra por outra, Pêcheux ([1975] 2014) entende que, no espaço de uma determinada formação discursiva (FD), certas substituições serão possíveis e outras não, destacando-se, aí, duas formas de substituição: substituição de equivalência, ou simétrica, que prevê a troca entre os termos por meio da identidade, como tubarão/animal; e substituição de implicação, ou orientada, a qual envolve a necessidade de uma conexão que não seja de identidade para relacionar os termos substituíveis.

De início, podemos nos deter às substituições simétricas. Da SD-1 à SD-3, temos um percurso designativo que parte de uma indeterminação, com o SN o *perigo*, para uma determinação, com os SNs os *tubarões*, o *cabeça-chata* e o *tigre*⁴. Destacamos que a nomeação de tubarões é um processo significativamente diferente, quando se opõe a, por exemplo, animais domésticos, como cães e gatos. Trata-se da oposição nome próprio/nome comum. O nome próprio tem como característica a determinação extrema: um nome e um nomeado – ou um nome e um objeto –, como é o caso de Kepler, Darwin e Marx, nomes que correspondem a uma formulação do tipo “aquele que [...]”, como aponta Pêcheux ([1975] 2014).

O nome comum, todavia, não especifica uma unidade tal como o nome próprio, mas designa um conjunto, como humano, animal, planeta, entre outros. Todavia, é possível observar gradações no processo de determinação, como nas substituições entre o SN os *tubarões* e os SNs o *cabeça-chata* e o *tigre*, nas quais constatamos o funcionamento da substituição simétrica, em que há identidade entre os termos metonimicamente, isto é, trata-se de uma relação entre a parte e o todo, ou entre

⁴ Trataremos apenas da designação e agenciamento dessas duas espécies, pois, como dito anteriormente, são as principais registradas em “ataques” em Pernambuco.

as espécies e o grupo no qual elas se inserem. Cada espécie pode ser igualmente substituída pelo termo geral, *tubarão/tubarões*; entretanto, isso não pode ocorrer entre elas: cada nome de espécie individualiza um grupo menor que não pode ser sobreposto por outro. Acontece o que Pêcheux ([1975] 2014) entende por saturação do objeto, isto é, a especificação do objeto, e ela se dá pela via do discurso científico (DC, daqui em diante): o saber discursivo sobre a taxonomia.

Entra como pré-construído, via encaixe sintático, o discurso que parte de outro lugar e é incorporado ao DJ, de modo que o sujeito-jornalista – enquanto enunciador – fala como se fosse o sujeito-cientista, ocupando a posição-sujeito de incorporação do DC. Verifica-se, logo, o funcionamento do discurso relatado não marcado, presente sobretudo na SD-2, na qual identificam-se saberes que partem da ordem da ciência: grandes espécies, como o *branco* e o *tigre*. Já, na SD-3, há um movimento de adesão a uma certa posição-sujeito que diz respeito às estatísticas dos incidentes entre humanos e tubarões, posição que parte de uma instituição científica. A demarcação dessa posição, via discurso relatado marcado, quando comparada à prática da designação do animal-tubarão, revela uma discrepância na forma de o DJ se relacionar com o discurso relatado: na designação, não se faz necessário demarcar de onde partem os nomes (posição de incorporação do DC), ao passo que um dado estatístico dos “ataques” requer essa demarcação (posição de aderência ao discurso-outro).

Entendemos que essa discrepância pode ser explicada pelo funcionamento da designação do animal-tubarão como uma evidência do pré-construído: *tubarão*. Assim, o significante media os diferentes saberes discursivos, tanto do senso comum quanto da ciência. Além disso, ele também é o elemento comum da língua enquanto sistema dotado de autonomia relativa, nos termos de Pêcheux ([1975] 2014), sobre o qual operam diferentes processos discursivos. Podemos sublinhar tal significante como um significante-mestre, ou S_1 , conceituação que Lacan (1992) compreende como o discurso de comando de um mestre ou senhor, enquanto S_2 representa o saber do escravo, o qual executa o comando do mestre. Nesse sentido, enquanto um elemento comum, ele representa, nos termos de Lacan (1998), o sujeito para os demais significantes, formando diferentes possibilidades, ou versões, do animal-tubarão. Isto é, ele é o “comando” de possíveis ordenamentos das cadeias significantes.

Ao mesmo tempo que S_1 permite ordenamentos significantes, tanto da ordem da ciência quanto da ordem do senso comum, o próprio DJ produz movimentações que o especificam e não o igualam a nenhuma dessas ordens. Há alguns gestos, por exemplo, de distanciamento do DC. A primeira pista desses movimentos é a grafia do nome de espécie⁵: a forma científica exige uma junção via hífen, como *tubarão-branco* e *tubarão-tigre*, ao passo que no DJ podemos constatar tanto a grafia formal quanto uma mais informal, como o *tigre* e o *cabeça-chata*. O uso do artigo definido o determinando o substantivo-nome, por sua vez, produz um efeito que podemos chamar de personalização da espécie: trata-se de uma individualização da espécie, isto é, ela é tida como se fosse um indivíduo.

Algo similar pode ser observado no romance de Benchley (2021, p. 213, grifo nosso), quando o personagem Quint, um pescador, diz: “Bom, não é só um tubarão. Era *um branco*”⁶. Com essa

⁵ O nome científico de espécie funciona como um nome que diferencia uma espécie de outra.

⁶ Na versão original em inglês (Benchley, 1975), podemos encontrar uma construção similar: “a big white”.

personalização do animal, há um deslocamento do coletivo para o individual, de sorte que não se trata mais de um tubarão qualquer, mas de um tubarão específico, uma espécie a ser diferenciada de outras. Assim, o nome comum passa a funcionar como um nome próprio, pois o indivíduo e a espécie são fundidos numa única unidade – a do objeto que é saturado pela determinação. Fala-se do tigre, do cabeça-chata e do branco como se fossem indivíduos.

O DJ incorpora, então, além do DC, o discurso do senso comum (DSC, daqui em diante), o qual tende a abolir as formalidades do DC e adaptá-lo ao uso do cotidiano, como na obra de Benchley. Isso fica perceptível com o uso dos SNs *o perigo* e *ferozes predadores*, os quais constituem o predicado de tubarão e seus substituíveis, ao mesmo tempo que constituem o S_2 de S_1 , pelo recurso da substituição orientada. O SN *o perigo* é resultado da relação morfossintática e gramatical entre perigoso, que opera como adjetivo, e perigo, por sua vez, como substantivo. Podemos sugerir a seguinte formulação como matriz de sentido que constitui o pré-construído e saber discursivo necessários à sustentação do sentido: “O tubarão é perigoso *porque* ataca seres humanos”. Com base nela, segue-se, pelo efeito metafórico, uma inversão gramatical na qual o predicado passa a designar o animal. O sujeito gramatical é suprimido e o adjetivo perde o morfema adjetival -oso em troca da vogal temática nominal -o, que o coloca como substantivo e constituinte do SN. Tal substituição indetermina o animal-tubarão ao extremo, uma vez que *perigo* pode designar qualquer coisa – inclusive qualquer peixe ou qualquer espécie de tubarão.

Já *ferozes predadores* é formado por um substantivo antecedido por adjetivo. Enquanto a ocorrência do substantivo sem o adjetivo entraria no eixo das substituições simétricas – tubarões por predadores –, o mesmo não pode ser considerado para o SN em questão. A cadeia alimentar de um ecossistema é formada por inúmeros predadores, dos pequenos aos grandes, e a avaliação do que seria um *feroz predador* – ou *predador feroz* – recai em um relativismo que se afasta da relação de identidade quando tratamos do DC. Exemplos como *predadores aquáticos* ou *predadores cartilaginosos* são SNs que melhor correspondem ao aparato científico, pois se referem a propriedades observáveis e constatadas na literatura científica e, dessa forma, não necessitam de uma conexão além da identidade pela via da metonímia.

A designação pelo sintagma em questão depende, juntamente com o SN *o perigo*, de algo a mais. Para que ocorram as substituições *o tubarão/o perigo* e *tubarões/ferozes predadores*, é necessário reconstituir a relação do sujeito com o sentido, isto é, revelar o funcionamento da deriva de sentidos na FD na qual o sujeito se inscreve. Comparemos duas formulações analíticas: 1) “O tubarão ataca seres humanos”; e 2) “O tubarão, que é perigoso/que é um feroz predador, ataca seres humanos”. A primeira diz respeito a um pré-construído que dispensa qualquer conexão intradiscursiva – tudo se passa como se o animal-tubarão naturalmente ou obviamente atacasse seres humanos, sem necessidade de explicação. Já a segunda retoma o pré-construído, mas com o efeito de sustentação por uma articulação de enunciados. Trata-se do que Pêcheux ([1975] 2014) chama de discurso-transverso, uma evocação lateral que põe em conexão os elementos do interdiscurso enquanto pré-construído. Desse modo, considerando o mecanismo de reconstrução que revela a relação de sentido numa dada FD, temos que *tubarão* e seus substituíveis indicam *perigo/ferocidade* – ou, em outros

termos, S₁ comanda o encadeamento desses termos enquanto S₂. O efeito metafórico, assim, transfere o sentido entre significantes. O par *perigo/ferocidade*, então, assume a identidade de *tubarão* no discurso, relacionando tal significante a outros, regionalizando-o semanticamente.

Vamos observar, agora, de que modo S₂ se sustenta na significação do comportamento alimentar do animal. Nesse segundo ponto de análise, importa a produção de sentidos entre o que é designado pelo discurso e sua relação verbo-agencial. Esta forma de análise desloca a concepção de designação em Guimarães (2017), aplicando-a ao verbo: buscamos compreender como o animal-tubarão é significado enquanto agente verbal, ou seja, como o verbo significa no agenciamento animal. Para analisar discursivamente o agenciamento do animal-tubarão, é preciso considerar que o modo de vida desse animal, tanto pela determinação biológica quanto ambiental, é específico, diferente da relação que a espécie humana estabelece com o mundo. Em face do animal, o humano se depara com o real, com um impossível de simbolizar, recorrendo ao que é sabido para significar o que escapa. Agenciar, assim, corresponde a atribuir ações a um Outro⁷, o qual é alheio a essas mesmas atribuições. A interpretação, então, requer um retorno aos saberes que significam as ações humanas para significar a ação do animal-tubarão. Vejamos:

SD-4	<i>O comportamento alimentar do tubarão-tigre adulto e do cabeça-chata não é muito seletivo. No estômago do primeiro, por exemplo, já foram encontrados uma almofada de barco, latas de tinta e a cabeça de um crocodilo. O fato é que as duas espécies costumam investigar – com a boca – boa parte daquilo que cruza o seu caminho. Suas áreas de ocorrência abrangem lugares como o oceano Índico, a costa africana e os litorais de Austrália, América Central e Brasil. Em sua maioria, zonas com alta densidade populacional e nas quais ataques só não ocorrem em maior quantidade por um motivo simples: não estamos no menu. “Tubarões não são comedores de gente”, enfatiza Gadig⁸. Prova disso é que todas as quatro variedades mais perigosas já foram filmadas na natureza por mergulhadores desprotegidos.</i>
SD-5	<i>Tubarões podem confundir pessoas com suas caças habituais ou morder por outras razões – para investigar uma possível refeição ou por territorialismo, por exemplo. As fêmeas de cabeça-chata, que são maiores do que os machos, ficam ainda mais agressivas na época da procriação. “É um equívoco dizer que eles investem contra banhistas porque estão com fome”, diz Fábio Hazin, ex-presidente do Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit), órgão criado em 2004. A principal motivação dos ataques é a proximidade. “Em qualquer lugar onde tubarões-tigre e cabeça-chata se acercarem de praias lotadas, ocorrerão incidentes, estejam eles bem alimentados ou não.”</i>

QUADRO 2 – SD-4 e SD-5.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Ao animal-tubarão são atribuídos os seguintes verbos: *investigar*, *confundir*, *morder* e *investir*⁹. Subjaz a essa atribuição uma oposição de dois modos de vida, não explicitada como tal – isto é, um não-dito –, que aqui representamos como a oposição mão/boca. Isso equivale à oposição entre o

⁷ Outro, aqui, designa um ser Outro, tomado em indeterminação para além das fronteiras entre espécies, que se situa no interdiscurso e determina o fio do discurso.

⁸ Biólogo marinho Otto Gadig, coordenador do Laboratório de Pesquisa de Elasmobrânquios da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

⁹ Optamos pela forma infinitiva dos verbos por mera convenção.

uso das mãos pelos seres humanos e o uso da boca pelos tubarões, partes do corpo que podem ser consideradas como as principais formas de se relacionar com o mundo por esses dois grupos de seres vivos – e isso nos remete à oposição humano/tubarão. Como consenso científico, o animal-tubarão, de um modo geral, realiza mordidas investigativas, uma “prova-dinha”, reveladora da textura e do sabor das presas (Szpilman, 2023). Em outras palavras, a mordida investigatória pode servir como uma confirmação de que o alvo predatório se trata realmente de uma presa. Nós, humanos, não integramos a lista de presas dos tubarões. Na verdade, com algumas exceções, o corpo humano apenas serve aos decompositores.

Tomemos, inicialmente, o verbo *investigar*: os seres humanos, de modo geral, utilizam as mãos para *investigar* o ambiente – o tato nos põe em contato com o orgânico e o inorgânico. Enquanto isso, para o animal-tubarão, a boca o coloca em contato direto com aquilo que lhe desperta algum interesse. Depreende-se disso que, considerando-se as oposições anteriores e as evidências do senso comum, *investigar com a mão* não indica perigo/ferocidade, enquanto *investigar com a boca* pode ser substituído por *morder*, via paráfrase, indicando perigo/ferocidade e mantendo a matriz de sentidos, como podemos ver abaixo:

E1	O fato é que as duas espécies costumam investigar – <i>com a boca</i> – boa parte daquilo que cruza o seu caminho.
E2	O fato é que as duas espécies costumam investigar – <i>mordendo</i> – boa parte daquilo que cruza o seu caminho.

QUADRO 3 – E1 e E2.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nota-se que o verbo *investigar* não significa isoladamente, mas depende do encadeamento sintático e é determinado por um “complemento” em travessão, e pode corresponder a *morder* na sua forma de gerúndio. Identifica-se, nesses agenciamentos, tensões entre o DC e o DSC incorporados ao DJ, pois *investigar* integra o vocabulário científico como uma forma menos estereotipada e mais formal que *morder*, mais usada no DSC. Tal substituição indica a necessidade da precisão científica em não reduzir o agenciamento à mordida, já que ela é parte da investigação, face à redução do agenciamento do animal pelo senso comum, que toma o recorte da mordida – o contato humano-tubarão propriamente dito – como fator de relevância. Funciona, então, na SD-4, sob o lugar discursivo de jornalista, uma posição-sujeito de aderência ao discurso da ciência, a qual afirma que os “tubarões não são comedores de gente”, mas também uma posição de incorporação do DC, quando o jornalista fala como se fosse o cientista: “O comportamento alimentar do tubarão-tigre adulto e do cabeça-chata não é muito seletivo”.

Diferente da designação, em que não há demarcação no discurso relatado, aqui demarca-se a posição do sujeito-cientista. Isso produz, no DJ, o que Leff (2010) entende como os efeitos do poder no saber, isto é, o discurso científico confere o status de verdade ao enunciado, como um saber que é comprovado e, portanto, validado. Entendemos que o DJ, ao ocupar essas diferentes posições-sujeito em relação ao discurso da ciência, também se identifica com ela por meio do que Pêcheux ([1975] 2014) chama de modalidade de identificação do “bom sujeito”, isto é, há identificação entre o

sujeito da FD que domina o DJ e os saberes da ciência que também atravessam essa FD. Não há, portanto, gestos de contestação ou ruptura. Assim, o DJ sobre o animal-tubarão é aquilo que o DJ interpreta como o verdadeiro – neste caso, o saber científico. Esse saber integra o que Michelotti (2008, p. 60) chama de racionalidade científica, a qual é “o pano de fundo que enquadra as notícias ambientais”, o que revela não apenas os efeitos do poder no saber, mas, também, a proximidade inevitável entre DJ e DC no que diz respeito às “notícias ambientais”.

Em face às posições-sujeito de incorporação e/ou aderência ao DC, o DSC entra em conflito, pois é da ordem do senso comum a afirmação oposta do DC – “tubarões são comedores de gente”, determinada sobretudo pelo imaginário constituído pelo filme *Tubarão* (1975) e suas derivações, que sustenta o sentido de “monstrificação” do animal. Desse modo, está em jogo a evocação de uma memória discursiva do senso comum – caracterizada como estereotipada e como a base do pré-construído – e a evocação de um outro saber, que parte da ciência, lugar de autoridade de saber sobre o animal, e que opera, neste caso, como o antônimo do saber do senso comum.

Na SD-5, deparamo-nos com enunciados – a partir de outro sujeito-enunciador da ciência – em que o jornalista, mais uma vez, ocupa a posição-sujeito de aderência ao discurso da ciência. A matriz de sentido permanece: humanos não fazem parte do cardápio do animal-tubarão, logo, esses animais não investem contra o ser humano para saciar a fome¹⁰. Demarca-se aí a posição-sujeito segundo a qual “É um equívoco dizer que eles investem contra banhistas porque estão com fome”, que revela uma diferenciação verbo-agencial: enquanto *investigar* se refere ao modo de relação entre o animal e o meio, *investir* conecta-se com o ato de *atacar* o ser humano, formando uma relação de substituição. Apesar da adesão ao DC, essa posição-sujeito não elimina ou invalida o senso comum, apenas nega uma explicação e a substitui por outra: tubarões atacam humanos não porque estão com fome, mas sim por causa da proximidade, explicação sustentada pela argumentação expressa em *territorialismo* e *praia lotada* (SD5).

Passemos, agora, para o funcionamento do par de verbos *confundir*/*equivocar-se*, a partir dos seguintes enunciados:

E3	Tubarões podem <i>confundir</i> pessoas com suas caças habituais ou morder por outras razões – para <i>investigar</i> uma possível refeição, ou por territorialismo, por exemplo.
E4	“É um <i>equívoco</i> dizer que eles <i>investem</i> contra banhistas porque estão com fome”

QUADRO 3 – E3 e E4

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Consideramos que o par *confundir*/*equivocar-se* parte do discurso-outro. O primeiro verbo é atribuído ao animal-tubarão quando o jornalista incorpora o discurso científico, falando como se fosse o próprio cientista. Em E3, o verbo *confundir* está em relação semântica com o conjunto *atacar/morder/investigar/investir*, pois o ato de confundir é simultâneo às ações de tal conjunto, uma vez que o agenciamento animal não pode ser reduzido a uma única ação no DC. *Confundir*, então, pode substituir,

¹⁰ É necessário destacar, para o leitor não especialista, que um cenário de fome não diz respeito, necessariamente, a um momento específico, a uma necessidade momentânea para o animal, mas pode significar, também, um estado crítico provocado por alguma doença, ferimento ou condições locais que impossibilitariam o animal de comer, resultando em desnutrição.

ou ser substituído, por um dos elementos do conjunto, sob a condição de que, no DC, algum desses atos signifique um erro de alvo. Já o verbo *equivocar-se* é atribuído a seres humanos: somente os humanos deliberam sobre as razões dos tubarões para atacar, havendo a possibilidade de acertarem ou errarem. Destarte, *confundir* e *equivocar-se* podem ser relacionados semanticamente na medida em que indicam um erro ou uma falha em decorrência do agenciamento: seres humanos cometem equívocos sobre o comportamento do animal-tubarão, enquanto o animal pode confundir o alvo.

Passemos, agora, à análise de SDs que tratam da relação multiespécies humano-tubarão em um panorama mais amplo, para além do “ataque”, considerando que os funcionamentos da designação e do agenciamento subjazem à significação do animal:

SD-6	“No Nordeste, a ocorrência de grandes tubarões-tigre e cabeça-chata próximos ao litoral é maior do que no Sudeste”, diz Gadig. A essas condições naturais – os predadores são atraídos pela água quente – foram somadas as consequências da <i>construção do Porto de Suape</i> , nos anos 1980, ao sul da área de ataques. Sabe-se que algumas espécies, como o tigre, seguem navios em travessias oceânicas, talvez atraídos pelo lixo orgânico atirado ao mar. <i>A obra resultou também em modificações no ecossistema local, como o fechamento de bocas de rios e o aterramento de manguezais. Usado como berçário natural por crustáceos e peixes, o mangue é uma área de desenvolvimento da biodiversidade marinha.</i>
SD-7	<i>Ou seja, os predadores migraram de uma área preservada e com menor densidade demográfica para outra impactada e densamente povoada por seres humanos.</i>
SD-8	“No Recife, é preciso entender que, assim como ocorre na Flórida e na Austrália, <i>teremos que conviver com os tubarões</i> ”. ¹¹
SD-9	Nem todos estão dispostos. <i>Alguns grupos defendem o controle populacional das espécies agressivas.</i>
SD-10	Em 2009, um desses grupos, o Propesca, <i>organizou uma expedição para a captura de tubarões-tigre e cabeça-chata, mas retornou da jornada com pequenos e inofensivos tubarões-flamengo</i> . Três anos depois, o grupo preparou uma “tubarãozada” – <i>um churrasco de tubarão</i> – na praia de Boa Viagem. “Foi uma forma de chamar a atenção para os ataques. Nós não pregamos o extermínio desses animais”, explica o engenheiro de pesca Bruno Pantoja, presidente do Propesca.
SD-11	A tubarãozada despertou a ira de ambientalistas, mas o discurso de outro movimento local, o P5 – A Praia É Nossa, é ainda mais duro. [...] Uma de suas teses é <i>reduzir a “superpopulação” de tubarões-cabeça-chata no Recife</i> . “O que ocorre é o contrário”, contesta Hazin. “Essa espécie, assim como todas as outras, <i>tem sofrido declínio</i> .”

QUADRO 5 – SD-6 a SD-11.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em SD-6 e SD-7, observamos enunciados que constituem uma explicação para o aparecimento mais frequente de tubarões em certos pontos da Região Metropolitana do Recife (RMR). Este funcionamento não será explorado aqui. Vale apenas destacar que o DJ adere a uma posição-sujeito da ciência, dialogando também com os saberes do senso comum, quando atribui a causa do aparecimento mais frequente ao que chamamos de *fator humano* – a construção do Porto de Suape¹² e suas consequências.

¹¹ Fala de Fábio Hazin.

¹² Trata-se do Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado na RMR, inaugurado em 1983 e em pleno funcionamento desde 1992. O local abrigava o habitat natural dos tubarões que vivem pela costa, como tubarão-cabeça-chata, que dependiam de estuários como berçários; além disso, a presença de navios é um fator de atrativo para tubarões-tigre.

Da SD-8 a SD-11, adentramos nas especificidades do conflito entre as espécies. Identificamos uma predominância do funcionamento da posição-sujeito de aderência sob o lugar discursivo de jornalista. O sujeito ora adere ao discurso científico (SD-8 e o final da SD-11), ora adere ao discurso de iniciativas civis – como o Propesca (SD10) – e ora adere ao discurso do senso comum (SD-9 e o início da SD-11). Embora identifiquemos um mesmo funcionamento dessas três diferentes posições-sujeito no que se refere ao modo de recortar o discurso-outro, os efeitos de sentido se produzem em direções antagônicas: de um lado, a ciência defende o convívio entre humanos e tubarões e a não exterminação de nenhuma das espécies; de outro, os saberes do senso comum, fortemente determinados pelo capital, defendem um certo “controle” de determinadas espécies.

Na SD-8, que parte do DC, o jornalista apresenta, em forma de discurso relatado marcado, a fala de Fábio Hazin, que prima pelo convívio entre humanos e tubarões: “No Recife, é preciso entender que, assim como ocorre na Flórida e na Austrália, teremos que conviver com os tubarões”. Tal posição justifica-se pelo fato de haver uma alteração ambiental da qual não se retorna mais. Em um outro espaço, em entrevista para o jornalista Arnaud Mattoso (2022), Fábio Hazin afirmou ser utópico algo como a reversão dos danos ambientais, considerando os interesses em torno do Porto de Suape – um símbolo vivo do capitalismo moderno em terras pernambucanas. Em face dessa irreversibilidade, essa tomada de posição representa uma reintegração das espécies num ambiente que, historicamente, não fazia parte das rotas principais dessas espécies. Representa o encontro multiespécies no discurso, de modo que reorganiza as cadeias significantes: os tubarões agora são parte deste espaço compartilhado e, portanto, devem ser considerados como integrantes dele – e não como vidas a serem exterminadas.

Para entendermos melhor o significado dessa reintegração como parte do encontro multiespécies, recorremos a Haraway (2022, p. 11), para quem os “parceiros não precedem o encontro; espécies de todos os tipos, vivas ou não, resultam de uma dança de encontros que molda sujeitos e objetos”. Isso corresponde a afirmar que é na trama do encontro que os parceiros se constituem como tal. Em outras palavras, o encontro humano-tubarão, em Pernambuco, sofre uma mudança decorrente das consequências nefastas da instalação do Porto de Suape, aproximando ambas as espécies e tornando os episódios de “ataques” recorrentes. Constitui-se, assim, uma nova relação entre tubarão-tigre, tubarão-cabeça-chata e ser humano, a de espécies companheiras, conceito que, segundo Haraway (2021), implica um imbricamento simultâneo e uma coconstituição entre as espécies. Enquanto alteridade significativa, as espécies companheiras vão transformar o humano e ser transformadas por ele: sua existência e ação modificam a existência e a ação humana, e vice-versa.

Essa posição de reintegração e convívio será colocada em conflito com aquela que defende, em alguma medida, o “controle” populacional dos tubarões, antecipada pela SD-9. A posição de defesa pela redução de algumas espécies parte de dois grupos que amalgamam pescadores e outros integrantes da sociedade que se identificam com a oposição ao animal-tubarão, observadas na SD-10 e na SD-11. Nessas sequências, a tomada de posição é determinada pelo DSC, segundo o qual tubarões são “evidentemente” agressivos e perigosos e, portanto, deveriam ser controlados e reduzidos em nome da “segurança” da espécie humana. Na SD-9, destacamos a produção de uma cisão entre as espécies de tubarão: o controle se refere às *espécies agressivas*, notadamente tubarão-tigre e

tubarão-cabeça-chata, ao passo que há um não-dito que significa – isto é, as espécies não agressivas. Embora haja um consenso científico sobre o comportamento típico mais hostil das duas espécies mencionadas anteriormente, especialmente com base no maior número de casos, o que vemos na SD-10 é uma contradição entre a tomada de posição de controle somente das espécies agressivas e a ação humana de captura de “pequenos e inofensivos tubarões-flamengo”. Por isso, entendemos que tal posição está atrelada a um encadeamento significativo que relaciona *tubarão* e *agressividade* de modo geral – isto é, a distinção entre as espécies não é levada em consideração, prevalecendo o saber do senso comum, que toma o animal-tubarão em geral, como se fosse uma unidade.

Constata-se, então, que há, como efeito de sentido, uma contradição do agenciamento humano no DJ, ou seja, a tomada de posição pela redução populacional das espécies agressivas não condiz com o relato do que é concretamente realizado em nome dessa posição. Identificamos, a partir dessa relação de contradição construída pelo DJ, o que Pêcheux ([1975] 2014) chama de contra-identificação, modalidade na qual o “mau sujeito” questiona a posição do Sujeito, sem, contudo, romper com ela. Portanto, não há rompimento com o DSC por meio da identificação com o DC, mas sim contra-identificações pontuais.

Entre a SD-10 e a SD-11, podemos observar mais uma contra-identificação revelada pela análise do termo *tubarãozada* e o subsequente diálogo entre as tomadas de posição em conflito. Em relação ao primeiro, trata-se de um neologismo derivado do mesmo processo morfológico e gramatical que resulta em termos como feijoadada, farofada, galinhada e outros referentes a pratos típicos no Brasil. O sufixo nominal -ada produz formação de nome a partir de um substantivo, de modo que a palavra sufixada nomeia o prato culinário, composto pelo ingrediente referido pelo substantivo. Ao mesmo tempo, essas palavras sufixadas também designam um evento social em que esse prato será servido, de forma que há uma relação metonímica entre o alimento servido enquanto parte e o evento social como um todo. É desse modo que *tubarãozada* significa um churrasco de tubarão, tendo como efeito suavizar a ação humana com humor, pois trata-se de um evento e um prato que não é comum na sociedade brasileira. Produz-se o inesperado.

Na SD-10, na fala recortada do engenheiro de pesca, Bruno Pantoja, que representa a voz do Propesca, há uma justificativa para o ato da tubarãozada: “Foi uma forma de chamar a atenção para os ataques. Nós não pregamos o extermínio desses animais”. Enquanto o sujeito-enunciador rejeita o agenciamento de *exterminar*, o DJ reformula, no corpo textual, o agenciamento humano em relação ao animal-tubarão com os verbos *controlar*, *capturar* e *reduzir*. Interpretamos que esses termos produzem um efeito de eufemismo: podemos entender o eufemismo como a troca de uma palavra pela outra que tem como efeito a suavização do sentido. Verbos como matar, eliminar, exterminar etc. são historicamente relacionados a crimes pessoais e de guerra: uma pessoa mata alguém, ou uma nação extermina um povo; à medida que os termos em análise são vinculados à prática científica – controle ou redução populacional, captura de espécimes etc. Contudo, essa suavização não se dá de forma independente; é necessário que a vida a ser eliminada seja precificada, objetificada, conforme o sentido cristalizado socialmente: entra aí o tubarão, diferente de animais como cão e gato.

Podemos constatar, então, que essa posição-sujeito se sustenta situando o animal-tubarão como alimento: assim, na relação com a espécie humana, tal animal transitou entre vizinho, inimigo e passou para alimento. Essa transição, contudo, vai ser posta em jogo pelo próprio DJ, que adere ao DC: em um primeiro momento, no eixo intradiscursivo, a proximidade frasal entre a declaração da tubarãozada e a fala expressa em discurso relatado marcado – dita por um dos integrantes do grupo que matou os animais, mas que nega a intenção de extermínio – pode produzir um novo efeito de contradição, já que o dito não equivale ao feito. Já num segundo momento, na SD-11, O DJ coloca em questão o posicionamento do grupo P5, que tem como tese “reduzir a ‘superpopulação’ de tubarões-cabeça-chata no Recife”, por meio do discurso relatado marcado de Fábio Hazin: “O que ocorre é o contrário. [...] Essa espécie, assim como todas as outras, tem sofrido declínio”. Vejamos, então, o que sustenta esta última posição:

SD-12	<i>A população de algumas espécies declinou 95% desde os anos 1970. Estima-se que todos os anos 100 milhões deles são mortos por causa do finning, a prática de cortar as barbatanas e devolver o corpo ainda vivo ao mar. A demanda é do mercado asiático. Há tanto dinheiro no finning que, nessa economia clandestina, apenas o tráfico de drogas supera sua movimentação financeira global.</i>
SD-13	<i>As consequências de um oceano sem tubarões são difíceis de precisar. Ambientalistas encontram dificuldade para levantar a bandeira da conservação desses animais – é bem mais fácil mobilizar as pessoas para salvar pandas e tartarugas-marinhas. E a natureza não produz um predador topo de cadeia na mesma proporção que oferece ratos e pombos. De crescimento lento e maturidade sexual tardia, os tubarões geram poucos filhotes e não conseguem repovoar áreas das quais foram removidos pela pesca em larga escala.</i>
SD-14	<i>Sem eles, o ecossistema marinho tem sua saúde comprometida. Como cada nível da pirâmide alimentar está conectado, a ausência dos tubarões vai resultar no aumento demográfico de suas presas, que, em efeito cascata, intensificam a predação em outra camada. “Isso leva à diminuição dramática da biodiversidade”, afirma Gadig.</i>
SD-15	<i>Há outras implicações. No mar, tubarões não são apenas caçadores. Muitos deles atuam como devoradores de carcaças, controlando, assim, o nível de bactérias na água salgada. Tendo em vista que 70% do oxigênio presente na atmosfera tem origem na fotossíntese realizada pelo fitoplâncton oceânico, qualquer desequilíbrio nesse arranjo químico é preocupante.</i>
SD-16	<i>O que sabemos deles até aqui é fascinante. São animais que se curam com rapidez de lesões profundas e são capazes de detectar ínfimos impulsos elétricos emitidos pelos batimentos cardíacos da presa. Seus ancestrais sobreviveram a quatro extinções globais em massa e estavam aqui em um tempo remoto, no qual havia pouco oxigênio disponível na atmosfera e a vida teve de evoluir dos oceanos. Das formas unicelulares às mais complexas criaturas, os tubarões ajudaram a moldar os animais que mais tarde migraram para a terra. A vida na superfície depende da vida embaixo d’água. O “monstro” a nos assombrar é, antes de tudo, um aliado indispensável.</i>

QUADRO 6 – SD-12 a SD-16.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Da SD-12 à SD-16, o intradiscursivo faz aparecer o animal-tubarão em outro “cenário” que não o de “ataque” – o de declínio populacional. Para tanto, o grau de indeterminação retorna pelo significante *tubarão*, designando uma generalidade de tubarões. Novamente, o DJ incorpora o DC, isto é, o jornalista fala como se fosse o cientista. Esse é o funcionamento discursivo dominante nesse bloco de sequências, embora observemos, em SD-13 e SD-14, também funcionando a posição-sujeito de aderência ao DC, pela via do discurso relatado não marcado e marcado, respectivamente. Via pré-construído, saberes

das Ciências Biológicas, em especial da Ecologia, são sintaticamente encaixados no DJ: podemos observar a dispersão de alguns conceitos de tal ciência, como *predação/predador topo de cadeia, crescimento, maturidade sexual, ecossistema, pirâmide alimentar e aumento demográfico*.

Nesse cenário, o animal-tubarão passa para o lado do ser que sofre a ação na prática do *finning* – já não é mais o tubarão agente que *ataca/morde/investe/investiga*, mas o tubarão que *sofre declínio populacional, que é morto e que tem suas barbatanas cortadas*. Deve-se acrescentar que, quando os tubarões são devolvidos ao mar nessas condições, eles *acabam morrendo*. Nas sequências elencadas, a posição-sujeito de incorporação do DC é sustentada pelo papel ecológico que esse grupo de animais desempenha. Trata-se do que a Ecologia denomina de nicho, conceito que se refere ao modo de vida de uma espécie, e abrange o conjunto de estratégias que ela emprega para suprir suas necessidades de sobrevivência (Callenbach, 2001). Uma vez que as espécies se encontram emaranhadas em teias de relações multiespécies (Haraway, 2021; 2022), o tubarão é o que é justamente pelo relacionamento histórico, evolutivo e social com o ambiente e as demais espécies, e o mesmo vale para o próprio ambiente e para as demais espécies, inclusive a humana. Assim, o animal-tubarão é simbolizado como uma parte do ecossistema e assume papéis ecológicos como o de predador topo de cadeia¹³, significando, metonimicamente, o próprio ecossistema.

Já na SD-16, o animal-tubarão é predicado como *fascinante* e relacionado às descobertas científicas sobre as potencialidades biológicas e evolutivas desse animal. Novamente, o animal-tubarão é significado a partir de seu corpo: no cenário de “ataque”, sua boca era o ponto-significante, e suas capacidades biológicas, como a regeneração e a detecção de impulsos elétricos, são de interesse tecnológico para a produção de medicamentos e dispositivos. Além disso, funciona também um apelo ao fator de curiosidade que os dados científicos podem despertar no sujeito-leitor.

Temos, então, que o animal-tubarão transita entre o “monstro” e o “aliado”, significantes que são sobrepostos na SD-16: “O “monstro” a nos assombrar é, antes de tudo, um aliado indispensável”. Isto é, ele não é significado de uma forma unitária, mas habita dois campos semânticos. Podemos dizer que essas formas de significar o tubarão são diferentes das formas de significar, por exemplo, cães, gatos, pandas e mesmo tartarugas-marinhas, pois, como é dito na SD-13, “é bem mais fácil mobilizar as pessoas para salvar pandas e tartarugas-marinhas”, uma vez que essas espécies não habitam o campo semântico do “monstro”, sendo, ao contrário, considerados animais dóceis, amigáveis, com suas feições e seus comportamentos considerados “fofos”. Já os tubarões não são considerados “fofos” ou “dóceis”, restando, assim, o discurso da ciência sobre o que o animal-tubarão tem de fascinante e importante para o ecossistema. Em termos de posição-sujeito, entendemos que funciona, nessa relação entre “monstro” e “aliado”, a imbricação entre a posição-sujeito de aderência ao DSC e de incorporação ao DC, que aponta para a tomada de posição do jornalista pelo discurso científico, uma vez que *monstro* é marcado por aspas, produzindo o efeito de distanciamento dessa tomada de posição que reverbera o discurso do senso comum. Afinal, “antes de tudo”, o tubarão é um *aliado indispensável*.

¹³ São várias as funções ecológicas desempenhadas pelas diversas espécies de tubarão, dentre as quais podemos citar os detritívoros, que são os “limpadores” do fundo do oceano, os filtradores, entre outros.

4. O tubarão imaginário: considerações sobre o animal e o sentido

Retomemos nossa questão de pesquisa: como o animal-tubarão é designado e agenciado pelo discurso jornalístico? Podemos, agora, respondê-la a partir de um esquema que representa o que sugerimos chamar de limite semântico do animal, isto é, aquilo que indica a delimitação de uma região semântica – ou mais – na qual a significação do animal se insere: 1) a significação a partir da relação corpo-boca, dominante no DSC, que se dá pelo encadeamento de significantes que situam o animal como um Outro que representa um perigo ao ser humano, em face do imaginário que o caracteriza como um ser que ataca indiscriminadamente; 2) e a significação a partir do corpo-espécie, dominante no DC, que se dá, tanto em face das condições de espécie – espécies em declínio –, quanto da condição de objeto de estudo: seu corpo como um fascínio maquinário-biológico.

É possível apontar, logo, duas FDs que constituem o DJ e revelam o funcionamento da FD que determina o lugar do jornalista: de um lado, os saberes da ciência, e do outro, os saberes do senso comum. Logo, é, na disputa ideológica do sentido, que, pelo primeiro, se constitui o tubarão “aliado”, em oposição ao tubarão “monstro” do senso comum. Todavia, no DJ, não funciona o sentido de um tubarão determinado, pois não compete a tal lugar discursivo determinar esse objeto e, desse modo, a FD que o domina trabalha com uma sobreposição de versões do tubarão. *Tubarão*, enquanto significante-mestre, representa, por si mesmo, uma indeterminação: todos os tubarões e nenhum ao mesmo tempo, o que requer a metáfora como mecanismo de determinação, de modo que S_1 comanda deslizamentos para outros significantes que assumem indefinidamente uma nova “face” para o animal-tubarão, como *perigo*, mas também como *aliado*.

Podemos dizer que, no DJ, esses saberes entram em conflito, mas com algumas ressalvas. No campo da designação, S_1 determina dois eixos de S_2 : o nome comum de espécie, como *tubarão-tigre* e *tubarão-cabeça-chata*, típicos da prática científica, e os predicativos da ordem do senso comum, *perigo* e *ferozes predadores*, constituídos pelo imaginário do romance *Tubarão* (1974) e, especialmente, do filme *Tubarão* (1975). Ao passo que os nomes de espécie são substituíveis pela identidade, os predicativos apenas designam pela via da substituição por implicação, de modo que tais predicativos estejam necessariamente relacionados ao agenciamento do animal-tubarão em face do ser humano. Ambas as formas de designação, todavia, adentram como pré-construídos que se complementam. Assim, não há contra-identificações na designação, apenas a identificação do “bom sujeito”.

Ao analisar o agenciamento, há tensões que suscitam diferentes tomadas de posição. Destacamos, neste ponto, a manutenção, via paráfrases, da oposição que constitui a relação multiespécies humano-tubarão, a qual não se dá de forma homogênea: na tensão entre DC e DSC, o DJ revela o funcionamento paradoxal de um objeto discursivo como *tubarão*, que, nos termos de Pêcheux ([1983] 2015, p. 115, grifo do autor), diz respeito aos objetos que “são, simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos”. Nesse sentido, o animal-tubarão figura entre dois polos: a animalidade e a humanidade. Aqui, tomamos a análise de Ingold (1995), segundo a qual tais termos foram ressignificados pela filosofia e indicam condições do ser: de um lado, a

condição de animal, marcada e limitada pelas determinações biológicas, e de outro, a condição de humano, na qual predominam a razão e a subjetividade como “atributos definidores”. Em nossos termos, são duas regiões semânticas que se fundam pela dissimetria humano-animal.

Assim, entendemos que, pela significação do corpo, o animal-tubarão é relegado à animalidade; contudo, enquanto objeto paradoxal, ele figura na fronteira da região da humanidade, e adentra-a pela via da subjetividade enquanto um ser capaz de confundir-se ou de equivocar-se, se considerarmos os dois termos sinonímias contextuais que “escapam” do domínio da região “humanidade” e são metaforicamente capturados por S_1 . Desse modo, cabe-nos apenas apontar o caráter poroso da fronteira dessas regiões semânticas, fronteira na qual os significantes *confundir-se* e *equivocar-se* transitam como substituíveis possíveis de um agenciamento historicamente atribuído ao domínio da subjetividade – o que coloca em jogo teses como a do animal como uma máquina e a do animal-tubarão como “devorador” de seres humanos, pois seu agenciamento predatório é complexo e passível de falhas interpretativas.

Isso nos leva ao real da relação multiespécies. Nas palavras de Pêcheux ([1983] 1997), não descobrimos o real, mas *nos deparamos com ele, o encontramos*. Aqui, nos deparamos com ele diante da possibilidade do equívoco em face do impossível, seja em atribuir razão ao agenciamento animal, seja em determinar a sua consciência, suas vontades, sua realidade. É neste ponto que o ritual da interpelação ideológica falha, ou melhor, “se estilhaça no lapso” ao se deparar com o real (Pêcheux, [1982] 2014, p. 277).

Essa falha também é sintoma. Ou melhor, indica o sintoma, o representa de alguma forma, considerando-o como aquilo que é recalcado. Para Lacan (1998), o sintoma se manifesta a partir da metáfora, pelo processo de substituição, que, por sua vez, envolve uma relação de transferência. Nessa leitura, o que é recalcado é também o que escapa continuamente, pois, “embora seja plausível que os animais possuam consciência, no sentido de dar-se-conta de eventos no ambiente e de seus afetos, não é possível chegar a um conhecimento dos conteúdos desta consciência” e, por isso, as “tentativas de se ‘espiar dentro da consciência do animal’, traduzindo suas possíveis percepções em percepções humanas, só levam a metáforas” (Ades, 1997, p. 133). Essas metáforas são o registro da falha em simbolizar o que escapa, a impossibilidade do real: o agenciamento representado pelo par *confundir-se/equivocar-se* requer a troca dos significantes restritos da região da humanidade para a da animalidade.

Tomando de empréstimo um dos enunciados de Pêcheux ([1982] 2014, p. 281), podemos dizer o mesmo em relação ao animal-tubarão: “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, pois irrompe o primado do inconsciente, o que significa que é necessário suportar que o pensamento sobre o animal é sempre a partir do humano, da ideologia. Ao refletir sobre a subjetividade dos animais, Maciel (2023, p. 36) nos diz que adotar “o ponto de vista de uma alteridade radicalmente outra é enfrentar o não sabido e demanda um salto, ainda que imaginário, para o outro lado da fronteira”; destaca, assim, que “é impossível saber os reais sentimentos e pensamentos desses ‘outros mais que outro’ que buscamos traduzir”. Se a animalidade é o que aproxima humanos e animais, continua a autora, há de se ressaltar que cada espécie e cada espécime têm seus próprios graus de complexidade e singularidade – a aproximação com o Outro existe, mas ela jamais se confunde com um “pensar do lugar”.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v24i1.2400.R>

Resposta dos autores: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v24i1.2400.A>

Editora

Cleber Ataíde

Afiliação: Universidade Federal de Pernambuco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9340-9977>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Silmara Dela Silva

Afiliação: Universidade Federal Fluminense

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5231-6662>

Avaliador 2: Rita de Kássia Kramer Wanderley

Afiliação: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9263-921X>

AVALIADOR 1

O artigo com o título “Os efeitos de sentido na relação multiespécies: uma análise do discurso jornalístico sobre ‘ataque de tubarão’” apresenta um relevante ensaio teórico-analítico voltado à compreensão do discurso jornalístico acerca de ataques de tubarão na Região Metropolitana do Recife. Ancorado na perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso de base materialista, na relação com a teoria marxista do jornalismo, e mobilizando ainda conhecimentos do campo dos estudos interespécies, o artigo reflete teoricamente acerca do discurso em seu funcionamento na constituição de acontecimentos jornalísticos, a partir da análise de sequências discursivas recortadas de reportagem com circulação na revista National Geographic Brasil, em abril de 2014. A metodologia empregada está em consonância à perspectiva teórica mobilizada, e os resultados de análise trazem contribuições para a compreensão do discurso, seu objeto de interesse. Com vistas à publicação, deixo pequenas sugestões de correções/acréscimos pontuais no texto: - Retirada da vírgula após “Genro Filho (2012)”, no primeiro parágrafo da p. 10; - Revisão da redação de modo a evitar a

repetição na formulação “Seguem as seguintes SDs”, na p. 11, antes da apresentação do quadro com as três primeiras SDs trazidas para análises; - Correção na menção às SDs em análise no primeiro parágrafo da p. 12: consta “Da SD-1 a SD-4”, mas o correto seria “Da SD-1 a SD-3”, uma vez que a SD-4 ainda não havia sido apresentada no primeiro quadro; - Registro da possibilidade de concordância de número no penúltimo parágrafo da p. 13 (“tubarão(ões) pode(m) ser trocado(s)"); - Consideração da possibilidade de inclusão de uma nota rodapé com explicação ou recomendação de leitura acerca da construção do Porto de Suape, de modo que os leitores não familiarizados com a questão, em especial aqueles que são de fora da Região Metropolitana do Recife, possam compreender as menções feitas na p. 22 a “considerando os interesses em torno do Porto de Suape” e “Antes de 1992, antes das consequências nefastas da instalação do Porto de Suape...”. Nessa última passagem, também recomenda-se rever a repetição da palavra “antes”. Com esses pequenos ajustes, considero o artigo pronto para publicação.

AVALIADOR 2

Título do artigo: Os efeitos de sentido na relação multiespécies: uma análise do discurso jornalístico sobre ataque de tubarão. Recomendação Final: Aceite com correções obrigatórias.

1. Considerações gerais

O artigo "Os efeitos de sentido na relação multiespécies: uma análise do discurso jornalístico sobre ataque de tubarão" apresenta uma contribuição muito relevante e analiticamente rigorosa. O texto demonstra maturidade na manipulação do referencial teórico e clareza na exposição de seus resultados, cumprindo de forma satisfatória os objetivos propostos. No entanto, necessita de revisão em aspectos formais, estilísticos e gramaticais antes de sua publicação definitiva.

2. Pontos fortes

O trabalho destaca-se por sua densidade e precisão analítica. A mobilização do quadro teórico interdisciplinar é bastante pertinente e foi muito bem articulada à discussão. As categorias analíticas são abordadas de maneira sucinta, objetiva e clara, o que facilita a compreensão do leitor e sustenta a argumentação.

Merece destaque a excelente síntese, apresentada ao final do tópico 4, sobre as consequências da abordagem teórica nos axiomas que fundamentam a análise. Além disso, a clareza analítica das Sequências Discursivas (SDs) é um trunfo do trabalho. Os autores demonstram grande habilidade em explicitar os gestos analíticos na materialidade da língua, realizando apontamentos precisos sobre os fenômenos lexicais, sintáticos e discursivos. Nesse sentido, as abordagens do pré-construído, do discurso transversal e do efeito metafórico na análise do processo designativo constituem o ponto alto do trabalho.

Também ressalta-se a relevância do tema em consideração às disputas ambientais contemporâneas, para as quais uma discussão sobre a relação entre as pessoas e as demais espécies demonstra-se crucial na busca de uma relação menos violenta com a natureza.

3. Fragilidades e recomendações

Para que o artigo atinja sua melhor versão e cumpra o rigor exigido pela revista, faz-se necessária uma revisão atenta aos seguintes aspectos linguísticos e de formatação:

- Uso de aspas: Observa-se o uso indistinto e excessivo de aspas para marcar diferentes estratégias no texto (como citações, destaques ou o sentido das palavras). Recomenda-se padronizar o uso de acordo com as normas da revista (por exemplo, reservando aspas para citações diretas curtas e utilizando *itálico* para destaque de conceitos ou palavras com sentido particular).

- Revisão gramatical: Há ocorrências relativamente frequentes de desvios da norma-padrão ao longo do manuscrito. Sugere-se uma leitura de revisão gramatical e ortográfica rigorosa para sanar problemas de concordância, regência e pontuação, considerando os apontamentos feitos no arquivo devolvido.

- Estilo e repetição lexical: Nota-se a repetição excessiva do advérbio de lugar “aqui” como recurso coesivo para reiterar o próprio trabalho (ex: “analisaremos aqui...”, “o texto aqui apresentado...”). Sugere-se a substituição por pronomes demonstrativos (este trabalho, esta pesquisa) ou a simples supressão do termo para garantir maior fluidez e elegância estilística ao texto.

4. Conclusão: Considerando a alta qualidade da análise discursiva e a relevância do tema, o parecer é favorável à publicação, condicionado à realização das correções obrigatórias apontadas no item 3.

RESPOSTA DOS AUTORES

Caros avaliadores, efetuamos as devidas alterações conforme as sugestões.

Cabe destacar algumas questões: 1) modificamos alguns parágrafos a fim de realizar as devidas alterações sugeridas, sem, contudo, alterar significativamente o conteúdo; 2) as mudanças estão entre os tópicos 3 e 4, onde definimos com maior detalhe o conceito de lugar discursivo e sua aplicação; e 3) removemos algumas referências bibliográficas, pois percebemos que, uma vez feita as devidas alterações, já não eram necessárias.

Conflito de Interesse

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

Link para *Preprint*

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13600>

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

Os autores confirmam que avaliaram os roteiros propostos pela Equator Network e consideram que nenhum deles se mostra relevante para a pesquisa em tela. Também informamos que a pesquisa desenvolvida não foi pré-registrada em repositório institucional independente.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. **Revista Investigações**, v. 28, p. 1-39, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1846>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- ADES, César. O morcego, outros bichos e a questão da consciência animal. **Psicologia USP**, v. 8, n. 2, p. 129-158, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000200007>. Acesso em: 19 set 2025.
- CHAPMAN, Blake. **Shark attacks**: myths, misunderstandings and human fear. Australia: CSIRO Publishing, 2017.
- BENCHLEY, Peter. **Jaws**. Suffolk, GB: Book Club Associates, [1974] 1975.
- BENCHLEY, Peter. **Tubarão**. 2. ed. Rio de Janeiro: DarkSide Book, [1974] 2021.
- DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (org.). **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Multispecies Studies: Cultivating Arts of Attentiveness. **Environmental Humanities**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/environmental-humanities/article/8/1/1/61679/Multispecies-StudiesCultivating-Arts-of>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho**: análise do funcionamento da repetição e das relações di-vino/temporal do discurso da Renovação Carismática Católica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. 2005. 269 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Pontes Editores, 2017.
- HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 20. ed. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1995.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. p. 496-533.

- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACIEL, Maria Esther. **Animalidades: zooliteratura e os limites do humano**. São Paulo: Editora Instante, 2023.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1996.
- MATTOSO, Arnaud. **Ataques de tubarão no Recife: mitos e verdades**. Recife, PE: Vedas Edições, 2022.
- MEDAGLIA, Thiago. Praia do medo. **National Geographic Brasil**. n. 169, abril 2014. p. 33-46. Disponível em: https://www.clp.unesp.br/Home/arquivos/NG169_Tubaroes_PE.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.
- MICHELOTTI, Gabriela. A interação entre movimento ambientalista, meios de comunicação e ciência na problematização da crise ambiental. In: GIRARDI, Ilza (org.) et al. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 56-66.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020a.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020b.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, [1969] 2019.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura e acontecimento**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, [1983] 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia: Aprisionamento ou Campo Paradoxal?. [1983]. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Organização de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. [1982]. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Organização de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1980] 2016.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, [1985] 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014.
- SILVA, Ana Claudia Rodrigues da; NASCIMENTO, Rayane Mendonça do. Aprendendo a conviver com os tubarões: relações entre humanos e não humanos em Recife e no arquipélago de Fernando de Noronha (BRA). **CADERNO ELETRÔNICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 7, p. 66-81, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/28292>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis, SC: Insular, 2009.
- SZPILMAN, Marcelo. **Tubarões: por que atacam o homem?** Rio de Janeiro: Mauad X, 2023.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TRAQUINA, Nelson. **Por que as notícias são como são**. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. E-book.
- TUBARÃO**. Direção: Steven Spielberg. Los Angeles: Universal Pictures, 1975. Disponível em: Netflix. Acesso em: 29 set. 2025.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.